



III Reunião Técnica com a Coordenação do Pacto



ALECE ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS E
ATIVIDADES ESTRATÉGICAS

15 – Julho – 2026



COORDENAÇÃO TÉCNICA GERAL

Secretaria das Mulheres do Ceará

Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC

Departamento de Proteção aos Grupos Vulneráveis – DPGV

TJCE – Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

DPCE – Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

MPCE – Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher

Secretaria das Mulheres de Fortaleza – SEMULHER

Conselho Cearense dos Direitos da Mulher – CCDM

Conselho Municipal da Mulher de Fortaleza – CMMF

Casa da Mulher Brasileira em Fortaleza

UECE/NAH – Núcleo de Acolhimento Humanizado às Mulheres em Situação de Violência

UFC/NEGIF – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família

Instituto Maria da Penha

Fórum de Mulheres

Marcha de Mulheres

OAB-CE – Comissão da Mulher Advogada

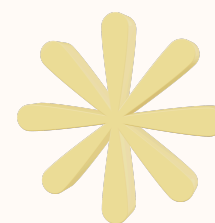
Coordenado pelo Centro de Estudos e Assuntos Estratégicos da Alece



ROTEIRO



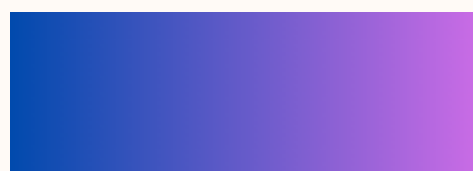
**CORRESPONSABILIDADES
NA ESCRITA E CRÉDITOS
NA PUBLICAÇÃO**



**DELIBERAÇÃO:
DECISÃO EDITORIAL E
ESTRATÉGICA DO NOME
DA PUBLICAÇÃO**



**BALANÇO DAS
OFICINAS TERRITÓRIAS
POR EIXO TEMÁTICO**



AUTORIA TÉCNICA DA REDAÇÃO

- A publicação é resultado de um processo de construção coletiva, desenvolvido de forma colaborativa pelos integrantes da Coordenação e membros dos eixos temáticos do Pacto Contra o Feminicídio no Estado do Ceará.
- As análises, discussões e proposições refletem o trabalho conjunto das instituições e dos profissionais que participaram das reuniões técnicas, oficinas de planejamento e demais atividades de elaboração.
- Em reconhecimento às contribuições individuais na redação dos conteúdos, os textos que tiveram autoria técnica específica apresentarão os respectivos créditos na página de abertura de cada capítulo ou seção.
- Os nomes de todos da Coordenação Técnica e dos membros que compõem cada eixo temático constarão em folha própria da publicação, como forma de reconhecer a participação na construção coletiva.



Os créditos de autoria serão apresentados na página de abertura de cada texto, identificando seus respectivos autores.

2.1 Conceitos de violência de gênero e feminicídio

Isabella Matosinhos
Pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

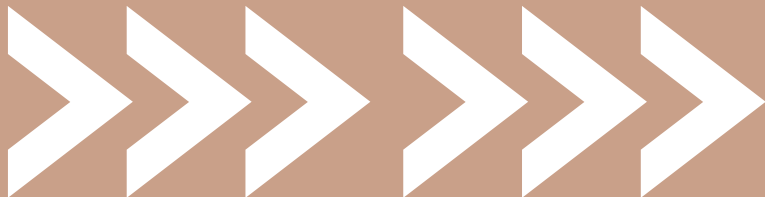
Amanda Lagreca
Pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG). Doutoranda em Sociologia na UFMG e Mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV)

A violência contra as mulheres é uma temática que, desde que entrou na pauta pública, segue sendo um dos grandes desafios enfrentados pelas políticas públicas brasileiras, em especial no campo da segurança pública, tanto em termos de produção e sistematização de dados, quanto em termos de formulação e implementação dessas políticas públicas, especialmente as preventivas. Este é um tema prioritário para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e anualmente temos chamado a atenção para este fenômeno, ilustrando-o com os dados mais recentes, e sempre fazendo um alerta: as leis avançam, mas as violências persistem e as mulheres seguem em risco. E esses riscos são diversos.

Em 2024, uma vez mais, os dados oficiais de registros policiais indicam aumento de diversas formas de violência contra as mulheres. Neste ano, as análises desta seção se debruçam sobre nove tipos de crime contra mulheres: homicídio e feminicídio (em suas modalidades consumada e tentada), lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica, ameaça, perseguição (*stalking*), violência psicológica e, de forma inédita, o crime de descumprimento de Medida Protetiva de Urgência (MPU). Também apresentamos dados sobre os acionamentos da Polícia Militar via 190; solicitações e concessões de Medidas Protetivas de Urgência, com a novidade de analisar os tipos mais frequentemente deferidos nos últimos dois anos; ocorrências de feminicídios seguidos do suicídio do autor; e de feminicídios cujas vítimas tinham uma MPU ativa no momento do óbito.



CORRESPONSABILIDADES
NA ESCRITA DA
PUBLICAÇÃO
CENÁRIO
ATUAL



TÓPICO 3 – O FEMINICÍDIO NO BRASIL E NO MUNDO

SUBTÓPICO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL/ INSTITUIÇÃO	FACILITADOR	PRAZO
3.1 Panorama Nacional	Evolução dos indicadores de feminicídio no Brasil, com análise comparativa entre estados e identificação de tendências recentes, destacando a posição relativa do Ceará no cenário nacional.	Isabel Carneiro (Fórum de Mulheres) e Juliana Murta (Unifor)	Letícia Peixoto	30/06/2026
3.2 Panorama do Feminicídio no Ceará	Análise da inserção do Ceará no contexto nacional, considerando sua posição relativa, a dinâmica regional no Nordeste e suas particularidades locais, incluindo limitações e inconsistências dos dados disponíveis.	Isabel Carneiro (Fórum de Mulheres)	Meline Varela	30/06/2026

TÓPICO 4 – DADOS E INDICADORES

SUBTÓPICO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL/ INSTITUIÇÃO	FACILITADOR	PRAZO
4.1 Bases de dados existentes	Identificação e caracterização das bases de dados disponíveis sobre feminicídio no Ceará, incluindo origem, cobertura, periodicidade e limitações.	Rose Marques (Instituto Maria da Penha)	Adriana Cruz e Flávia Vasconcelos	30/06/2026
4.2 Indicadores disponíveis	Levantamento e análise dos principais indicadores disponíveis, considerando definição, forma de cálculo, periodicidade e possibilidade de comparação territorial.	Teresa Cristina (NAH) e Nazaré Soares (Negif)	Milayde Cunha	30/06/2026
4.3 Integração entre sistemas	Análise do nível de integração entre os sistemas de informação, incluindo fluxo de dados, interoperabilidade e dificuldades de compartilhamento entre instituições.	Flávia Novaes (SSPDS)	Milayde Cunha e PR Nunes	30/06/2026
4.4 Desafios na produção de dados	Identificação dos principais desafios na produção, consolidação e qualidade dos dados, incluindo subnotificação, inconsistências e ausência de padronização.	Karen Benevides (Fórum de Mulheres) 98811-0042	Angela Marinho	30/06/2026
4.5 Perfil dos casos	Caracterização do perfil dos casos de feminicídio no Ceará, considerando características das vítimas, relação com o agressor, contexto dos crimes e distribuição territorial.	Deborah Cavalcante (TJ-CE)	Lia Fragoso	30/06/2026

AVANÇAR NA
ESCRITA
COLETIVA DA
PUBLICAÇÃO

DECISÃO EDITORIAL E ESTRATÉGICA DO NOME DA PUBLICAÇÃO

- Inicialmente utilizamos a expressão “Cenário Atual do Feminicídio no Estado do Ceará”, mas, à medida que a publicação foi sendo construída, percebemos que esse nome pode não representar plenamente o seu conteúdo.
- O documento não se limita a apresentar dados só sobre feminicídio; ele contempla a rede de proteção, das políticas públicas, reúne o diagnóstico participativo construído nas oficinas nos territórios e dos desafios identificados, além de servir como base para o Plano de Ações Integradas.
- Proponho que discutamos um título que reflita melhor essa finalidade e mantenha coerência com a linha editorial das publicações do CEAE.



DECISÃO EDITORIAL E ESTRATÉGICA DO NOME DA PUBLICAÇÃO

1



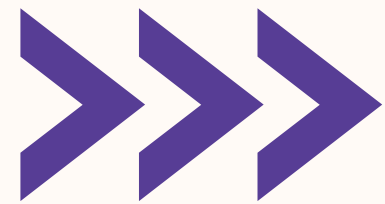
2



3



BALANÇO DAS OFICINAS DE PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO NOS TERRITÓRIOS POR EIXO TEMÁTICO



Região Sertão de Sobral:

- Dia 12 de maio de 2026 (**18 municípios**)



Região do Cariri:

- 02 de junho de 2026 (**29 municípios**)



Região Metropolitana de Fortaleza:

- 03 de Julho de 2026 (**19 municípios**)



EIXO: Prevenção e Educação

	SERTÃO DE SOBRAL	CARIRI	METROPOLITANA DE FORTALEZA
Quantidade de Participantes no Eixo Temático	26 participantes	44 participantes	24 participantes
Quantidade de Municípios Presentes	09 municípios (Alcântaras, Cariré, Forquilha, Groaíras, Massapê, Meruoca, Pacujá, Senador Sá, Sobral)	12 municípios (Abaíara; Altaneira; Barbalha; Barro; Brejo Santo; Crato; Juazeiro do Norte; Missão Velha; Penaforte; Potengi; Santana do Cariri; Várzea Alegre)	08 municípios (Cascavel; Caucaia; Fortaleza; Guaiúba; Itaitinga; Itapipoca; Maracanaú; Maranguape)
Instituições participantes	19 instituições (Cáritas - Sobral; Centec - Sobral; Centro de Saúde da Mulher - Groaíras; CMDM - Meruoca; FCM - Sobral; Instituição Mulheres de Negócio - Sobral; PEM - Alcântaras; PEM - Forquilha; PEM - Pacujá; PEM - Senador Sá; Sec. de Assistência Social - Cariré; Sec. de Cultura - Massapê; Sec. de Direitos Humanos - Forquilha; Sec. de Educação - Sobral; Sec. de Educação - Cariré; Sec. de Saúde - Groaíras; SEDHAS - Sobral; Tec Pse - Cariré; UVA - Sobral)	33 instituições (Casa da Mulher - Brejo Santo; Casa da Mulher - Potengi; Casa de Farinha Mestre Zé Gomes; Conselho da Mulher Cratense; CRAS I - Abaiara; CRAS Muriti - Crato; CREDE 18; CREDE 20; CRM - Crato; Frente de Mulheres do Cariri; Grunec; Guarda Municipal - Crato; IFCE; Instituto Agropolos; MST; OAB - JDO; PEM - Altaneira; PEM - Barbalha; PEM - Barro; PEM - Brejo Santo; PEM - Santana do Cariri; RBPC - Crato; Sec. das Mulheres - Barro; Sec. de Direitos Humanos - Crato; Secretaria de Educação - Abaiara; Sec. de Educação - Juazeiro do Norte; Sec. de Educação - Missão Velha; Sec. de Educação - Penaforte; Sec. de Educação - Várzea Alegre; Sec. de Saúde - Santana do Cariri; STTR - Crato; Terreiro das Pretas; Unileão)	17 instituições (BNB - Fortaleza; CMDM - Cascavel; CMDM - Maracanaú; CMDM - Maranguape; CREDE 01; CREDE 02; CUT - Maracanaú; Guarda Municipal - Itaitinga; INEGRA; PEM - Guaiubá; Quilombola - Caucaia; Sec. de Mulheres do PT - Maracanaú; Sec. Municipal da Segurança Cidadã - Fortaleza; Seduc; Semulher; SESI - Fortaleza; Sindicatos dos Comerciantes)

EIXO: Prevenção e Educação

DESAFIOS	DESAFIO PREDOMINANTE		
	SOBRAL	CARIRI	FORTALEZA
1. Realizar a formação para profissionais da esfera pública sobre violência de gênero, contemplando as Secretaria de Educação, Saúde, Segurança, Assistência Social, dentre outras.	X		X
2. Melhorar a estratégia de divulgação, a exemplo de Campanhas, dos serviços existentes na rede de proteção envolvendo os setores públicos e da sociedade civil.		X	
3. Efetivar o diálogo entre instituições educacionais: federais, estaduais e municipais.			
LACUNAS	LACUNA PREDOMINANTE		
	SOBRAL	CARIRI	FORTALEZA
1. Ausência de campanhas educativas e preventivas permanentes nas redes sociais com linguagem acessível direcionada à juventude, nos transportes coletivos públicos, nas escolas (além “prateleira Maria da Penha”) e nos espaços religiosos - igrejas evangélicas, católicas e demais espaços de expressões da fé)			X
2. Falta de interiorização das Políticas Públicas para mulheres.			
3. Necessidade de formação dos professores da educação básica, ensino médio e ensino superior em gênero e de fortalecimento da Comissão de proteção e prevenção a violência contra crianças e adolescentes.	X	X	

Mudança na redação – desafios e lacunas

DESAFIOS

1. **Potencializar a realização de formação continuada** para profissionais da esfera pública sobre violência de gênero **de forma interseccional**, contemplando as Secretaria de Educação, Saúde, Segurança, Assistência Social, dentre outras.

LACUNAS

2. Falta de interiorização das Políticas Públicas para mulheres **com enfoque na interseccionalidade**.
3. Necessidade de formação dos professores da educação básica, ensino médio e ensino superior em gênero e **interseccionalidade** e de fortalecimento da Comissão de Proteção e Prevenção à violência contra crianças e adolescentes, **além da criação desta onde não existe.**

Principais Achados

SERTÃO DE SOBRAL

1. Ausência ou insuficiência de equipamentos e serviços essenciais, especialmente nos municípios de menor porte.
2. As ações apontadas pelos profissionais, em sua maioria, funcionam parcialmente.

CARIRI

1. Grupo reflexivo para homens agressores (Brejo Santo); Homens pela cultura da paz (Crato).
2. Movimentos sociais organizados e atuantes (presença do STTR, MST, Agricultoras, Terreiro das pretas, Grunec, RBPC, Frente de mulheres do Cariri).

GRANDE FORTALEZA

1. Guarda municipal de Itaitinga mapeia as ocorrências e identifica os bairros com maior incidência de violência, a partir disso direciona ações e atividades preventivas para esses bairros.
2. Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT) desenvolve aulas/projetos voltados a prevenção à violência contra mulher.
3. Destaque às iniciativas de autonomia econômica como ação preventiva (presença do BNB).

COMUM AS TRÊS MACRORREGIÕES

1. Ações e instituições não alcançam ou alcançam minimamente a população da zona rural; em situação de vulnerabilidade; em situação de rua; mulheres idosas e/ou iletradas; homens.
2. Centralização das ações e instituições na capital do estado e nas cidades maiores das macrorregiões (Sobral, Crajubar, Fortaleza).

EIXO: Acolhimento, Proteção e Garantia de Direitos

	SERTÃO DE SOBRAL	CARIRI	GRANDE FORTALEZA
Qtd de Participantes	38 participantes	55 participantes	35 participantes
Qtd de Municípios Presentes	14 municípios Alcântaras, Forquilha, Frecheirinha, Groaíras, Ibiapina, Massapê, Meruoca, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Sobral, Varjota, Reriutaba e Santana do Acaraú.	17 municípios Abaiara, Assaré, Aurora, Brejo Santo, Jati, Crato, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Salitre, Santana do Cariri e Várzea Alegre.	16 municípios Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante e Trairí.
Instituições participantes	Instituições Conselho Tutelar de Sobral; Conselho de Políticas Sociais sobre Drogas de Sobral; PEM de (Pacujá, Varjota; Santana do Acaraú); Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de (Groaíras; Mucambo); Secretaria da Mulher de Forquilha; Secretaria de Saúde de (Massapê e de Alcântaras); Secretaria da Mulher (Varjota; Meruoca); Casa da Mulher Cearense de (Sobral e de Forquilhense); Casa Acolhedora de Sobral; Casa de Atendimento à Mulher Ibiapinense; Casa de Referência de Atendimento à Mulher Mucambense; Sala Lilás de Alcântaras; Hospital Regional Norte de Sobral; Comando de Prevenção e Apoio às Comunidades – Copac/PMCE de Sobral; Guarda Civil Municipal de Sobra; Câmara Municipal de Varjota; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Irmã Oswalda; Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Sobral; Proteção Social Especial de Frecheirinha; Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde (eMulti) de Alcântaras; representante da imprensa de Sobral.	Instituições Defensoria Pública do (Crato e Juazeiro do Norte); Câmara Municipal de (Aurora; Jati; e Crato); Procuradoria Especial da Mulher de (Aurora; Missão Velha e Nova Olinda); Casa da Mulher Cearense (Juazeiro do Norte); Secretaria da Mulher de (Juazeiro do Norte; Santana do Cariri; Assaré e Brejo Santo); Secretaria de Assistência Social de (Santana do Cariri; Missão Velha; Lavras da Mangabeira); Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Missão Velha; Secretaria Municipal da Saúde de (Crato e Penaforte); Casa da Mulher de (Crato e Brejo Santo); Centro de Referência da Mulher de Mauriti; CRAS de (Crato; Milagres e Porteiras); CREAS de (Abaiara; Aurora; Brejo Santo; Crato; Várzea Alegre e Milagres); Núcleo de Proteção Social Especial de Salitre; Patrulha Maria da Penha de Brejo Santo; URCA do Crato; ACB do Crato; Centro de Referência em Direitos Humanos do Crato; Escritório Frei Tito de Penaforte; MST do Crato; Prefeitura Municipal de Missão Velha.	Ponto de Luz de (Aquiraz; Chorozinho; Horizonte e de Itaitinga); Hospital da Mulher de (Fortaleza; Maranguape;) Hospital Geral Dr. Assunção Pires; Hospital Municipal de (Chorozinho; Pacatuba; Itaitinga e de São Gonçalo do Amarante); Procuradoria Especial da Mulher de (Aquiraz, Caucaia; Horizonte; Guaiúba; Trairi; Itaitinga; Maracanaú; Pacajus; Pacatuba; Paraipaba; Paracuru e São Gonçalo do Amarante); Casa da Mulher de (Aquiraz; Caucaia; Chorozinho; Horizontina; Pacatubana; Paraipaba; Paracuru e Gonçalense); Casa Abrigo Margarida Alves de Fortaleza; Casa da Mulher Brasileira de Fortaleza; Casa de Acolhimento Infantil de Pacajus; Comitê Intersetorial da Rede de Proteção de Trairi; Secretaria Municipal de Assistência Social de (Cascavel e de Fortaleza); Secretaria das Mulheres de (Fortaleza e Maranguape;) Centro de Atenção à Saúde da Mulher de Cascavel; Centro de Referência e Atendimento à Mulher Francisca Clotilde de Fortaleza; Centro Estadual de Referência à Mulher de Fortaleza; Centro Estadual de Referência e Apoio às Vítimas da Comarca de Fortaleza; Centro POP de Pacajus; Delegacia de Defesa da Mulher de (Caucaia; Fortaleza; Maranguape e Pacatuba) Delegacia de (Chorozinho; Itaitinga); CREAS de (Cascavel; Guaiúba, Itaitinga; Chorozinho, Fortaleza; Maranguape; Horizonte; Pacajus; Pacatuba; Paraipaba; São Gonçalo do Amarante e de Trairi); CRAS de (Chorozinho; Fortaleza; Guaiúba; Itaitinga; Maranguape; Pacajus; Paraipaba; São Gonçalo do Amarante e São Luís do Curu); CAPS de Fortaleza; Grupo de Apoio às Vítimas de Violência de (Caucaia; Fortaleza e Maranguape); Grupo de Acolhimento Maria da Penha de São Gonçalo do Amarante; Patrulha Maria da Penha de (Fortaleza; Caucaia, Horizonte; Itaitinga; Pacatuba e Paraipaba); Conselho de Direito da Mulher de (Chorozinho; Fortaleza; Pacajus; Paraipaba; Itaitinga; Horizonte e Maracanaú); Conselho Municipal de Políticas Integradas de Mulheres (CONPIM) de Chorozinho; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Trairi; NUPREM — Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher — Ministério Público; Sala Lilás de (Horizonte; Trairi; Itaitinga; Paraipaba; Paracuru e de São Gonçalo do Amarante); CRAM de (Guaiúba e Horizonte); Conselho Tutelar de (Horizonte; Maracanaú; Itaitinga; São Gonçalo do Amarante; Paraipaba; Paracuru e Trairi); PREVINI de Itaitinga; Lar das Marias de Maranguape; PAZ no LAR de Maranguape; Programa Ceará por Elas de Fortaleza, NUDEM de Fortaleza; Vara Especial de Mulher de Maranguape; Defensoria Pública de (Fortaleza e Trairi); Promotoria de Trairi; CHAMA de Chorozinho; Lar Davis de Chorozinho; Programa de Economia Solidária de Fortaleza, TJCE, Núcleo de Atendimento Humanizado de Fortaleza, UECE, Coordenadoria da Mulher de Itaitinga; OAB Mulher de Maracanaú, Movimento Social Mulheres em Ação Coletiva de Maracanaú, Associação do Vale do Caju de Pacajus; Associação (Amparo) Conj. Geraldo Magela de Pacajus e Acolhimento institucional de Pacatuba.

EIXO: Acolhimento, Proteção e Garantia de Direitos

DESAFIOS	DESAFIO PREDOMINANTE		
	SOBRAL	CARIRI	FORTALEZA
1. Capacitação.	3º	3º	1º
2. Mapear e Articular a Rede de Atendimento Intersetorial.	1º	1º	2º
3. Monitoramento dos Dispositivos e Equipamentos.	2º	2º	3º

LACUNAS	LACUNA PREDOMINANTE		
	SOBRAL	CARIRI	FORTALEZA
1. Ausência de protocolos e fluxogramas que garantam o atendimento e acolhimento para meninas/mulheres em situação de violência.	1º	1º	1º
2. Ausência de estratégias para meninas/mulheres vítimas de violência doméstica em territórios facionados.	3º	3º	2º
3. Ausência de serviços de saúde mental para meninas/mulheres vítimas de violência nos equipamentos públicos	2º	2º	3º

EIXO: Acolhimento, Proteção e Garantia de Direitos

SERTÃO DE SOBRAL

Não há atendimento 24h; equipe reduzida; sobrecarga de serviços; Falta de um atendimento humanizado; lentidão no andamento dos processos; falta de atendimento especializado; falta de acesso e transporte das vítimas.

CARIRI

Caririaçu tem apenas um equipamento, Frente de Mulheres do Cariri e nenhum institucional; **Jardim** (Procuradoria Especial da Mulher); **Penaforte** (CREAS), **Araripe** – Casa da Mulher; **Barro** (Secretaria da Mulher) só têm um equipamento cada; **Brejo Santo** destaca-se pela maior quantidade de equipamentos que trabalham na defesa dos direitos das mulheres.

GRANDE FORTALEZA

Equipe reduzida; dificuldade de acesso aos serviços; falta de uma delegacia especializada em alguns municípios; sobrecarga dos serviços etc. “Toda instituição deveria ter apoio do Governo”.

EIXO: Acesso à Justiça e Responsabilização

	SERTÃO DE SOBRAL	CARIRI	METROPOLITANA DE FORTALEZA
Qtd de Participantes	<u>16 participantes</u>	<u>18 participantes</u>	<u>11 participantes</u>
Qtd de Municípios Presentes	05 municípios Sobral, Forquilha, Frecheirinha, Varjota e Fortaleza	<u>09 municípios</u> Mauriti, Crato, Milagres, Potengi, Barbalha, Juazeiro do Norte, Araripe, Nova Olinda, Brejo Santo	05 municípios Maracanaú, Maranguape, Caucaia, Paraipaba, Fortaleza
Instituições participantes	10 instituições Tj; MP; Defensoria Pública; OAB Subseção Sobral; Câmara Municipal e Procuradoria da Mulher de Frecheirinha; Fórum Cearense de Mulheres; Bloco Siris Ricas; Secretaria da Mulher de Varjota; Câmara Municipal de Varjota e ALECE	13 instituições Centro de Referência da Mulher; OAB/CE Crato; OAB/CE Cariri Oriental; Defensoria Pública; Delegacia de Defesa da Mulher; TJ/CE; Projeto Dom Helder Câmara; Guarda Civil Municipal/Patrulha Maria da Penha; Casa da Mulher; Secretaria da Mulher; Secretaria da Assistência Social; MP/CE – NUAVV – Núcleo de Acolhimento às Vítimas de Violência; PEM	08 instituições Defensora Pública de Maracanaú; Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Maracanaú; Secretaria Especial do Empoderamento da Mulher e dos Direitos Humanos de Maracanaú; Casa da Mulher de Maranguape; Patrulha Maria da Penha de Maranguape; PEM de Caucaia; Casa da Mulher de Paraipaba; Ministério Público de Fortaleza

DESAFIOS

EIXO: Acesso à Justiça e Responsabilização

ESTADUAL	SOBRAL
01. Uniformizar formulários de atendimento e compartilhar entre as instituições em tempo real.	01. Criar um cadastro e um sistema que concentre informações sobre o histórico de atendimentos das vítimas e agressores, e universalizar o atendimento entre as instituições em tempo real.
02. Fortalecer a efetividade das leis de proteção às mulheres, especialmente no acolhimento das mulheres cujos familiares são integrantes de <u>organização criminosa</u> , e na aplicação dos instrumentos da proteção social.	02. Fortalecer os equipamentos, o quadro de pessoal de todo o sistema de proteção à mulher e customizar os fluxos para atender a diversidade de perfis de mulheres vítimas de violência, <u>sobretudo as mães atípicas, as mulheres de territórios violentos e</u> aprimorar a investigação policial na perspectiva de gênero, inclusive com a implementação das <u>DDM's 24 horas</u> .
03. Minimizar a deficiência estrutural, tanto pessoal como material, para assegurar uma responsabilização penal mais eficiente, a exemplo da competência híbrida no juizado de violência doméstica.	03. Universalização da aplicação do protocolo de julgamento com perspectiva de gênero em todas as varas judiciais, principalmente nas varas de família.

DESAFIOS

EIXO: Acesso à Justiça e Responsabilização

CARIRI	METROPOLITANA DE FORTALEZA
01. Fortalecer os equipamentos, o quadro de pessoal de todo o sistema de proteção à mulher e customizar os fluxos para atender a diversidade de perfis de mulheres vítimas de violência, sobretudo as mães atípicas, as mulheres de territórios violentos e aprimorar a investigação policial na perspectiva de gênero, inclusive com a implementação das DDM's 24 horas.	01. Uniformizar e unificar formulários de atendimento e compartilhar entre as instituições em tempo real.
02. Criar um cadastro e um sistema que concentre informações sobre o histórico de atendimentos das vítimas e agressores, e universalizar o atendimento entre as instituições em tempo real.	02. Fortalecer os equipamentos, o quadro de pessoal de todo o sistema de proteção à mulher e customizar os fluxos para atender a diversidade de perfis de mulheres vítimas de violência, sobretudo as mães atípicas, as mulheres de territórios violentos e aprimorar a investigação policial na perspectiva de gênero, inclusive com a implementação das DDM's 24 horas e atendimento humanizado.
03. Universalização da aplicação do protocolo de julgamento com perspectiva de gênero em todas as varas judiciais, principalmente nas varas de família.	03. Universalização da aplicação do protocolo de julgamento com perspectiva de gênero em todas as varas judiciais, principalmente nas varas de família.

EIXO: Acesso à Justiça e Responsabilização

LACUNAS ESTADUAL	LACUNAS SOBRAL	LACUNAS CARIRI	LACUNAS RMF
01.Inserção dos dados de implementação da medida protetiva e de tentativa de feminicídio no anuário brasileiro de segurança pública.	01. Viabilizar o acesso seguro ao botão do pânico para as mulheres nos equipamentos de proteção, afastando a possibilidade do acesso ser nos presídios.	01. Implementação da Defensoria Pública em todos os município do Estado do Ceará, inclusive nos municípios de pequeno porte.	01. Implementação da Defensoria Pública permanente com equipe especializada e capacitada em todos os município do Estado do Ceará, inclusive nos municípios de pequeno porte.
02. Ausência de um sistema integrado utilizado pela rede de proteção à mulher.	02. Inserção dos dados de implementação e desistência/revogação das medidas protetivas e de tentativa de feminicídio no anuário brasileiro de segurança pública.	02. Falta de rede de proteção às mulheres nos municípios de pequeno porte (até 100.000 habitantes), como delegacias, CRM, Casas da Mulher e grupos reflexivos para vítimas e autores de violência.	02. Falta de rede de proteção às mulheres nos municípios de pequeno porte (até 100.000 habitantes), como delegacias, CRM, Casas da Mulher e grupos reflexivos para vítimas e autores de violência.
03. Falta de rede de proteção às mulheres nos municípios de pequeno porte (até 100.000 habitantes).	03. Falta de rede de proteção às mulheres nos municípios de pequeno porte (até 100.000 habitantes).	03. Ausência de casa de acolhimento e abrigamento nos municípios.	03. Ausência de casa de acolhimento e abrigamento nos municípios.

EIXO: Acesso à Justiça e Responsabilização

SERTÃO DE SOBRAL: integração dos sistemas e fortalecimento dos fluxos da rede.

1. Necessidade de integração dos sistemas de informação e compartilhamento, em tempo real, do histórico de atendimentos entre as instituições da rede.
2. Fragilidade da rede de proteção nos municípios de pequeno porte, com insuficiência de equipes, equipamentos especializados e acesso ao botão do pânico.

CARIRI: interiorização da Defensoria Pública e ausência de equipamentos especializados.

1. Ausência da Defensoria Pública e insuficiência da rede de proteção às mulheres nos municípios de pequeno porte.
2. Inexistência de casas de acolhimento e abrigo para mulheres em situação de violência em diversos municípios da macrorregião.
3. Implantação da Sala Lilás pela OAB Cariri Oriental, em Brejo Santo, junto à delegacia não especializada, oferecendo acolhimento humanizado às mulheres vítimas de violência doméstica e espaço lúdico para seus filhos durante o atendimento, fortalecendo o acesso à justiça e reduzindo barreiras à denúncia.

GRANDE FORTALEZA: padronização dos procedimentos e qualificação do atendimento integrado.

1. Necessidade de padronização dos formulários de atendimento e fortalecimento da integração entre as instituições da rede.
2. Insuficiência da estrutura da rede de proteção nos municípios, especialmente quanto à Defensoria Pública especializada, equipamentos de atendimento e casas de acolhimento.

EIXO: Governança, Articulação Institucional e Monitoramento

	SERTÃO DE SOBRAL	CARIRI	METROPOLITANA FORTALEZA
Qtd de Participantes no Eixo Temático	17 participantes	22 participantes	16 participantes
Qtd de Municípios Presentes	09 municípios (Alcântaras, Cariré, Forquilha, Groaíras, Massapê, Meruoca, Pacujá, Senador Sá, Sobral)	13 municípios (Araripe, Crato, Juazeiro do Norte, Salitre, Barbalha, Abaiara, Aurora, Mauriti, Assaré, Santana do Cariri, Nova Olinda, Penaforte, Brejo Santo)	06 municípios (Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante)
Instituições participantes	16 instituições UVA; Procuradoria Especial da Mulher; CRAS; Cáritas; Programa Saúde na Escola; Centec; Centro de Saúde da Mulher; Fórum Cearense de Mulheres; Secretaria das Mulheres do Ceará; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Secretarias Municipais: Assistência Social, Cultura, Educação, Saúde, Direitos Humanos	17 instituições Procuradoria da Mulher; CRAS; Cáritas; Frente das Mulheres; Casa da Mulher Cearense do Cariri ; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; Guarda Civil Municipal; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; FETRAECE; Câmara Municipal; Rede Itinerante de Mulheres Atuantes; Mulheres Vivas Cariri; Centro de Referência da Mulher; Secretaria Municipais: Educação, Mulher, Proteção Social, Assistência Social	10 instituições Banco do Nordeste; Grupo Mulheres do Brasil; Secretarias Municipais: Desenvolvimento Social, Turismo, Mulher; Casa da Mulher; Comissão de Direitos e Defesa da Mulher da Alece; Secretaria das Mulheres do Ceará; Coordenadoria da Mulher; Guarda Civil Municipal.

EIXO: Governança, Articulação Institucional e Monitoramento

DESAFIOS	DESAFIO PREDOMINANTE		
	SOBRAL	CARIRI	FORTALEZA
1. Acesso/Transparência dos dados orçamentários da implementação em tempo real para a política.	X		
2. Acesso aos bancos de dados da SSP-CE in natura para as instituições (LGPD).			
3. Padronização do protocolo de atendimento à mulher vítima de violência para os municípios.		X	X

LACUNAS	LACUNA PREDOMINANTE		
	SOBRAL	CARIRI	FORTALEZA
1. Governança interna das instituições no monitoramento, fiscalização e avaliação das políticas públicas.			X
2. Desenvolvimento da integração dos sistemas de informação existente para coleta, produção e análise de dados.	X		
3. Integração e alinhamento entre as políticas públicas, em suas transversalidades, desenvolvidas entre os diferentes entes federados e demais entidades atuantes no enfrentamento do feminicídio.		X	

EIXO: Governança, Articulação Institucional e Monitoramento

SERTÃO DE SOBRAL

1. Desigualdade na oferta de serviços especializados entre os municípios da macrorregião (ausência ou insuficiência de equipamentos e serviços essenciais, especialmente nos municípios de menor porte);
2. Fragilidade na comunicação entre instituições e falha no acompanhamento e monitoramento dos casos.

CARIRI

1. Desigualdade na oferta de serviços especializados entre os municípios da macrorregião (ausência ou insuficiência de equipamentos e serviços essenciais, especialmente nos municípios de menor porte);
2. Elevada rotatividade de profissionais, descontinuidade das equipes e insuficiência de capacitações permanentes para atuação na rede.

METROPOLITANA DE FORTALEZA

1. Município com existência de apenas 1 veículo para o atendimento pela Patrulha Maria da Penha, que inclusive muitas vezes fica inoperante na secretaria, inviabilizando os chamados;
2. Delegacia da Mulher não funciona 24h e nem aos finais de semana.